

A RAZÃO INSTRUMENTAL E A PRÁTICA TECNICISTA NA ABORDAGEM DOS DESASTRES

INSTRUMENTAL REASON AND TECHNICIST PRACTICE IN ADDRESSING
DISASTERS

*Guilherme de Carli Pavão de Godoy**

Cite este artigo: GODOY, Guilherme de Carli Pavão de. A razão instrumental e a prática tecnicista na abordagem dos desastres. **Revista Habitus:** Revista da Graduação em Ciências Sociais do IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p.21-27, 15 julho 2015. Semestral. Disponível em: <www.habitus.ifcs.ufrj.br>. Acesso em: 15 julho de 2015.

Resumo: Este artigo tem como objetivo principal discorrer sobre o imaginário social acerca do que chamamos desastres, a saber, uma crise social que vincula fatores ambientais com questões sociais, políticas, históricas e econômicas, além da abordagem tecnicista da Defesa Civil diante desse fenômeno. Para tal análise, foi usado como base bibliográfica a literatura frankfurtiana que busca explicar a razão instrumental desenvolvida pós-Iluminismo; isso se justifica uma vez que pouco é considerado a dimensão simbólica e humana dos afetados, apoiando-se, majoritariamente, no aspecto material e concreto da crise. A partir disso, foi levantada uma reflexão acerca do individualismo contemporâneo e da banalização do sofrimento alheio.

Palavras-chave: Desastre, Razão Instrumental, Técnica, Individualismo, Fetiche Tecnológico

Abstract: This article debates the social imaginary of what we call disasters, namely, a social crisis that links environmental factors with social, political, historical and economic issues, beyond the technicist approach of Civil Defense on this phenomenon. For such analysis, frankfurtian literature was used as bibliographic base since it explains the notion of instrumental reason developed post-Enlightenment; this is justified since little is considered on the symbolic and human dimension of the affected, leaning, mostly at material and concrete aspects of the crisis. A reflection was raised on contemporary individualism and the banalization of other people's suffering.

Keywords: Disaster, Instrumental Reason, Technique, Individualism, Technological Fetish

A construção contínua da sociologia dos desastres dentro das Ciências Sociais permitiu, ao longo do seu desenvolvimento, levar o olhar crítico às preparações e respostas da Defesa Civil aos desastres no Brasil e no mundo. Esse recente campo de conhecimento oferece aos técnicos e desastrólogos das diversas áreas a possibilidade de repensarem sua atuação e análise frente aos desastres, incentivando novas reflexões e passando

então a considerar a dimensão simbólica e social daqueles que vivenciam tal experiência. Para a melhor compreensão do tema, faz-se necessário ressaltar a importância da definição do fenômeno que chamamos desastre, pois as resoluções dos problemas variam de acordo com as interpretações que se tem do fenômeno. Há uma grande discussão, que não convém abordar aqui com profundidade, em torno dessas questões conceituais, mas existe um consenso mínimo que define desastres como uma crise social que vincula acontecimentos físicos a componentes culturais, históricos e econômicos (Quarantelli, 1998). O desastre é uma ruptura da vida cotidiana, uma quebra dos sistemas de ações e de objetos.

Fora do contexto sociológico, entretanto, os elementos sociais dos desastres perdem lugar, embora não totalmente, no discurso dos técnicos da Defesa Civil, dos políticos e inclusive de outros acadêmicos, como hidrólogos e geólogos. Como bem observa o NEPED (Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres), o fenômeno em questão passa a ser visto por esses agentes como causa principal de fatores físicos externos (chuvas, desabamentos, raios, ventanias etc) e isso, por consequência, faz com que eles se repitam frequentemente devido à abordagem superficial e quase unilateral da crise. Em função de tais problemáticas, tratarei aqui de, por meio de uma revisão bibliográfica[1], relacionar os procedimentos institucionais de tratar os desastres com a razão subjetiva instrumentalizada que, segundo Max Horkheimer, é a forma de razão predominante em nossa época desde o Iluminismo. Também far-se-á conveniente uma breve análise comparativa da preocupação dos frankfurtianos diante da barbárie com a questão da indiferença e do individualismo apontada por Zygmunt Bauman e Gabriel Cohn, que se enquadra devidamente na temática aqui proposta¹.

1. O fetiche tecnológico

A construção da forma como se concebe desastres no senso comum é constantemente refeita por interceção de canais midiáticos, como não é difícil de se perceber. A ideia de “desastres naturais” ainda prevalece no imaginário social mesmo desconstruída pelos esforços da sociologia ao longo das décadas. Olha-se para o fenômeno não dando a devida atenção aos aspectos decorrentes de uma vulnerabilidade cívica, porém aos fatores externos que atingem uma determinada população. Em vista disso, os investimentos para a prevenção de desastres são voltados majoritariamente aos aparelhos tecnológicos de previsão meteorológica e de análise de solo, como é no caso brasileiro. Monitorar os riscos não é, entretanto, a única nem a principal solução, mas sim uma manobra mercadológica que se aproveita do senso comum para alimentar a indústria do desastre. As vítimas das injustiças sociais são parcialmente alienadas dos verdadeiros problemas e induzidas, por meio de todo esse aparato tecnocientífico, a uma “preocupante cultura de segurança” com “a sensação de que os riscos que espreitam possam ser vigiados, controlados, e dissipados por órgãos de monitoramento bem atentos, de tal forma que as rotinas da vida coletiva poderiam seguir normalmente seu curso” (Valencio, 2012: 13).

Ora, então por que ainda insistem no investimento de tecnologias de monitoramento como se essa fosse a melhor forma de prevenção? Podemos apontar dois caminhos que se interpelam. O primeiro, como dito anteriormente, leva a um jogo de poderes relacionado a obtenção de benefícios financeiros por empresas que exploram a vulnerabilidade das

populações carentes, como a indústria da construção civil (Valencio, 2013). Essa questão pode ser resumida no que se chama de “capitalismo do desastre” (Bullard, 2006). O segundo caminho pode ser justificado pelo racionalismo que vem se fortalecendo desde o século das luzes. Com a individualização e o progresso técnico, a forma de se pensar o mundo rende-se cada vez mais à dinâmica do sistema econômico; isso quer dizer que as consciências, no termo de Lukács, estão em processo de reificação, de coisificação. A razão tende ao relativismo; ela é instrumentalizada e analisa os fatos esperando deles uma finalidade (Horkheimer, 1976). Sendo assim, os responsáveis pela prevenção e solução de desastres enxergam em tal fenômeno apenas sua dimensão material: a casa na iminência de ser destruída, as calhas de escoamento de águas pluviais, as tempestades excedentes etc. Não são consideradas importantes a vida simbólica, a rede intersubjetiva e o espaço íntimo dos indivíduos. O pensamento técnico não se importa com a perda das memórias, mesmo que essas sejam uma das resistências contra o tempo progressista. Elas possibilitam vivenciar, ao menos minimamente, o passado e, no caso de memórias coletivas, permitir a experiência comunitária entre as pessoas (Benjamin, 1987).

Devido à vigilância constante fomentada por esse fetiche tecnológico hiperespecializado (Valencio, 2012), quando um desastre acontece, as desculpas mais comuns dos governantes se referem a uma surpresa em relação ao que foi previsto pelos profissionais da meteorologia. A expressão “chuva atípica”, por exemplo, tornou-se corriqueira. É difícil para um político admitir o descaso de seu governo com as populações vulneráveis e, mais difícil ainda, é que finalmente se ponha em prática um projeto de desenvolvimento social onde mais se faz necessário.

Por outro lado, é cômodo isentar a responsabilidade do Estado e lançá-la para o “acaso climático”. Alguns setores da ciência acabam fortalecendo esse discurso: a ciência, vale esclarecer, é uma “autoridade política que desterra o cidadão e exalta a pedagogia técnica como órgão da verdade, e seu resultado final é ‘desarmar todas as expressões menos harmônicas de nossa sociedade’” (Paoli, 2007: 4). Contudo, o Estado tem plena consciência de seu descaso, podendo essa negligência ser vista pelo que Norma Valencio denomina “crueldade institucionalizada”. Como se não bastasse, as vítimas desse elitismo são culpabilizadas pelo seu próprio sofrimento, passando muitas vezes a acreditarem nisso. Os trabalhadores de desastres também sofrem, mas seguindo as regras impessoais da instituição que servem acabam desenvolvendo um mecanismo de “despersonalização” que diminui seu nível de identificação com os afetados como fora de autoproteção (Gerrity; Flinn, 2002). A adaptação do trabalhador ao pensamento técnico é mais um dos sinais de um crescente índice do individualismo, da fragmentação e da lógica econômica e impessoal vigente.

2. Os riscos do mapa de risco

A elaboração de mapas de riscos é um instrumento técnico frequentemente utilizado na preparação frente aos desastres. O mapa é feito sem que haja diálogo com outras ciências e outros saberes, portanto um método extremamente frágil, ineficiente e incompleto. Essa unilateralidade da cartografização do risco, dentre seus vários problemas, retira a autoridade dos moradores em seus próprios lares colocando, no lugar, a autoridade impessoal do Estado como ente absoluto. O mapeamento de risco, então, “impõe-se como fala técnica que impede a

vocalização de direitos dos que ali vivem, descartando simultaneamente a necessidade de outras interpretações” (Valencio, 2009: 36).

De acordo com Milton Santos, focar no espaço é ignorar os motivos da localização da pobreza, impedindo assim caminhos alternativos para se pensar a questão da territorialidade. É por essa razão que muitas casas são interditas e seus moradores são deslocados para abrigos temporários, a menos que tenham outro lugar para ficar até a segurança (que na verdade nunca existiu) se reestabelecer. Essas pessoas se tornam desalojadas, mas se por ventura perderem de fato suas casas nos desastres, passam para a categoria de desabrigadas. Desalojados e desabrigados ficam por tempo indeterminado nos abrigos, geralmente escolas, igrejas, ginásios e demais salões comunitários. Não é para todos que chega o auxílio aluguel, embora teoricamente isso deveria acontecer. Há casos em que as pessoas ficam anos nos abrigos e, mesmo sofrendo pressão para de lá saírem, permanecem no local como ato político, pois somente assim garantem a prioridade em seus direitos.

A cartografização do risco, da maneira como é feita, é produto de uma lógica racionalista que desqualifica o senso comum e impede um ambiente polifônico (Valencio, 2012). Esse abafamento das vozes dos que sofrem também contribui para a culpabilização das vítimas, pois se elas insistem em permanecer no local, seja pelo vínculo afetivo ou pela proteção a um ente que se sente fragilizado ao ser exposto em um abrigo coletivo (o que acontece muito com portadores de deficiência), a responsabilidade dos possíveis danos serão atribuídas a elas com maior intensidade do que se estivessem “salvas” em um lugar seguro. O sociólogo José de Souza Martins já apontou para o erro de ignorar os saberes não acadêmicos. Para ele, “o senso comum não é comum porque seja banal ou mero e exterior conhecimento. Mas porque é conhecimento partilhado entre os sujeitos da relação social” (Martins, 2000:59).

No mundo contemporâneo, só o que serve à produção e ao progresso é válido. É tudo muito prático e muito limitado, não se consegue ver além do que é aparente. É como se a ideia de indivíduo em Althusser se fizesse concreta através da razão instrumental: os técnicos, de modo geral, pensam sua função apenas como proteção da vida biológica de um indivíduo, descartando a possibilidade de morte social de um sujeito.

Há uma importante questão que reforça ainda mais essa ideia de razão instrumental. Pior do que a ocorrência de morte física, são as pessoas desaparecidas durante o desastre, não se sabe em que condições elas se encontram, sequer se estão vivas ou mortas. Os bombeiros e a defesa civil não dão a devida importância àqueles que podem estar soterrados debaixo da lama e dos escombros ou arrastados pela correnteza, mas somente aos feridos de primeiro acesso e aos ilesos[2]. Mesmo após o ápice do caos, a negligência em relação aos desaparecidos persiste e seus parentes se afundam no sofrimento, já que por conta da ausência do corpo não podem nem realizar seu luto e, com isso, seus papéis sociais ficam em suspenso (Valencio, 2012). Coloco isso na questão do utilitarismo porque se pensa no corpo só no aspecto material. Um corpo sem vida é um corpo improdutivo. Mas falta a percepção de que um corpo carrega consigo toda uma trajetória e um conjunto de memórias que se reacendem na relação com seus parentes e amigos. Esses, inclusive, necessitam da presença do corpo para

realizarem seu luto e se permitirem seguir a vida sem que suas consciências pesem no vazio dos túmulos.

3. Indiferença, o individualismo manifestado

Simmel (1902) nos ensinou, em *A Metrópole e a Vida Mental*, que os indivíduos precisaram se adaptar aos grandes centros urbanos desenvolvendo uma atitude blasé diante das centenas e milhares de pessoas que conviviam juntas, mas ao mesmo tempo separadas, na mesma cidade. Seria então o início do individualismo que se exacerbaria ao longo dos anos, a perda gradual do vínculo com o outro. Gabriel Cohn observa que, em certas vias, os termos “civilização” e “cultura” são dissociados, tomando a civilização como o progresso técnico enquanto a cultura seria a maneira de se utilizar dessas técnicas, grosso modo. A problemática embutida nisso se encontra na passagem do foco universal para o particular. Faz-se preciso então a união desses dois conceitos para olhar o todo e cultivar a humanidade. Cohn causa uma ruptura no contraste entre civilização e barbárie, assim como fizeram os frankfurtianos em relação a oposição progresso/barbárie (Cohn, 2004).

“A civilidade é um modo de expressão da experiência social: exprime um modo de agir, de sentir, de avaliar. É, portanto, um modo de exercício da cultura no plano das relações sociais. Vista por esse ângulo, a cultura revela-se naquilo que tem de mais fundo, como tradução da experiência social no registro significativo. Para além, e mais fundo, de construí um complexo de normas, valores e regras de conduta, a cultura é um conjunto de padrões de interpretações da experiência. Mais do que molde rígido, é travessia constante da fronteira entre as sensações brutas e os significados compartilhados. Não há como, pois, contrapor civilização e cultura, nem mesmo separá-las; e, no mundo moderno, o elo que as liga é a civilidade.” (COHN, 2004: 83)

A experiência pessoal deve ser dirigida a consideração pelo outro. É assim que Gabriel Cohn chega à conclusão de Adorno, quando este afirma que civilidade e humanidade são a mesma coisa. É, inclusive, perfeitamente possível assimilar essa ideia ao conceito de experiência para Walter Benjamin, já citado anteriormente. Zygmunt Bauman também critica a perda da responsabilidade dos sujeitos para com os outros:

“A qualidade humana da sociedade deveria ser medida pela qualidade de vida de seus membros mais fracos. E deste que a essência de toda moralidade é a responsabilidade que as pessoas assumem pela humanidade dos outros, esta é também a medida do padrão ético de uma sociedade.” (BAUMAN, 2009: 105)

Nesses aspectos, Cohn nos chama a atenção para a indiferença, a forma de barbárie contemporânea e, como chamo aqui, a manifestação do individualismo. A indiferença é diretamente proporcional ao avanço técnico e deve ser temida como uma ameaça concreta. Toda essa discussão levantada em torno dos desastres nos leva a perceber que perdemos o vínculo com pessoas de nossa própria nação. Culpabilizamos as vítimas por um mal de origem elitista e discriminatório. Como se não bastasse, pensamos que a tecnologia sozinha pode suprir as demandas dos excluídos; é um favor a eles. Desta maneira, ignoramos a barbárie iminente, sempre pronta para se realizar no plano físico e simbólico, com aquela noção linear do tempo, na qual deixamos todas as desgraças e genocídios para trás.

“O progresso objetivo da ciência e sua aplicação, a tecnologia, não justificam a ideia corrente de que a ciência só é destrutiva quando pervertida e necessariamente construtiva quando entendida de modo necessário.” (HORKHEIMER, 1978: 63-4)

Para finalizar, levanta-se a seguinte questão: a crise crônica- a miséria, a falta de políticas públicas apropriadas e a exclusão social que têm a origem na história e que se estendem até hoje- é aceita pelo povo e pelo Estado, ao passo que a crise aguda, o desastre propriamente dito, está cada vez mais frequente e também se tornará crônica com o tempo. Será que estamos transformando o desastre também em um fenômeno aceitável? Para a socióloga Norma Valencio, essa questão é mais do que relevante. O desastre tornou-se o locus da barbárie, um genocídio implícito que se faz vivo no presente- para o desespero dos frankfurtianos e de todos nós. 🌐

NOTAS

* Guilherme de Carli Pavão de Godoy é graduando em Ciências Sociais na UFSCar.

[1] A contribuição dos frankfurtianos à teoria social é aqui tratada como relevante para a reflexão sobre o tema. Não pretendo mostrar que a Escola de Frankfurt explica por si só as abordagens do desastre, mas sim em conjunto com as pesquisas produzidas pensando especificamente o desastre.

[2] Evidentemente essa afirmação é uma generalização. Dá-se importância aos desaparecidos, claro, mas eles dificilmente estão na lista de prioridades das instituições.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor. Educação pós-Auschwitz. In **Educação e emancipação**. Ed: Paz e Terra. 3ª edição. 2003. P 119-138.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado**. Ed. Martins Fontes.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernity and the holocaust**. London. Polity Press. 1989.

_____. **A cada refugio seu depósito de lixo: ou o refugio da globalização** (cap 3). In *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar. 2005. P 81 -116.

_____. Sou por acaso o guardião do meu irmão? In **Sociedade individualizada**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar. 2009. P. 95-109.

BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política. Obras escolhidas**. Vol. 1. São Paulo, Brasiliense. 1994.

BULLARD, R. T. **Varridos pelo furacão Katrina: reconstruindo uma “nova” New Orleans usando o quadro teórico da justiça ambiental**. H. Selene; T. Pacheco (orgs). In *Racismo Ambiental*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar.

COHN, G. Indiferença, nova forma de barbárie. In: NOVAES, A. (org.). **Civilização e barbárie**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. P. 81-90.

GERRITY, Ellen; FLINN, Brian. **Consecuencias de los desastres en la salud mental**. 2002. P. 101- 121.

HORKHEIMER, Max. Meios e fins; **Panaceias em conflito**. In *Eclipse da razão*. Ed. Centauro, 7ª edição. 2010. P. 09-96.

LUKÁCS, Georg. A reificação e a consciência do proletariado. **In História e consciência de classe: estudos de dialética marxista.** Porto, Publicações Escorpião, 1974.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na sociedade anômala.** São Paulo. Hucitec. 2000.

QUARANTELLI, E. L. Introduction: the basic question, its importance, and how it is addressesin this volume. **In:_____ (Org). What is a disaster?** Perspective on the question. London and New York: Routledge, 1998.

SANTOS, M. **A natureza do espaço.**São Paulo: Hucitec, 1996.

SIENA, M. 2011. **O mito do mapa de risco.**

SIMMEL, Georg, **A metrópole e a vida mental.** Em VELHO, Otávio G. (org), O fenômeno urbano, Rio de Janeiro: Guanabara, 1987 (1902).

VALENCIO, N. F. L. S. **O desastre instrumental das secas no Nordeste brasileiro.** 2013.

_____. A crise social denominada desastre: subsídios para uma rememoração coletiva acerca do foco principal do problema. **In: Valencio, N.. (Org.). Sociologia dos Desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil.** São Carlos: RiMa Editora, , v. III ,2012.

_____. **Da área de risco ao abrigo temporário:** uma análise dos conflitos subjacentes a uma territorialidade precária. 2009. P. 34-47.

Recebido em 05/03/2014

Aceito em 10/07/2014